

DISCURSO ECONÔMICO E IDEOLOGIA NEOLIBERAL NA FALA DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.

Sidney Tanaka de Souza Matos¹

RESUMO

Este artigo pretende analisar as estratégias presentes no discurso econômico de Fernando Henrique Cardoso como Presidente da República para legitimar a implementação do projeto político neoliberal de seu governo. Palavras-Chave: discurso, Estado, ideologia, neoliberalismo.

ECONOMIC SPEECH AND NEOLIBERAL IDEOLOGY IN PRESIDENT FERNANDO HENRIQUE CARDOSO'S TALK

ABSTRACT

This article intends to analyze the strategies used in Fernando Henrique Cardoso's economic speech as President of the Republic to legitimate his government's neoliberal political project.

Keywords: speech, State, ideology, neoliberalism

Introdução: O estado capitalista e o bloco no poder

No desenrolar do processo histórico, em todas as formações sociais onde existiu a posse privada dos meios de produção, frações da sociedade com interesses contraditórios têm estabelecido entre si, independentemente de sua vontade, relações de produção.

Nas formações sociais capitalistas, ao contrário das formações pré-capitalistas, as relações de domínio capitalistas puderam operar no nível econômico porque, com a expropriação do trabalhador direto da posse dos meios de produção e a transformação de sua força de trabalho em mercadoria, a coerção econômica tornou-se suficiente para manutenção do domínio

¹ Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina/Pr

de classe², tornando possível, assim, efetivar-se em uma sociedade onde prevaleça a igualdade jurídica.

Porém, uma formação social é caracterizada por um desenvolvimento desigual de suas diversas estruturas, resultado de temporalidades distintas; o que significa que a emergência de uma formação capitalista não resulta na extinção imediata de todas as estruturas que caracterizavam uma formação pré-capitalista, havendo ainda a persistência de estruturas pré-capitalistas coexistindo com as estruturas capitalistas, com diferentes graus de desenvolvimento histórico que se relacionam de forma contraditória³.

E, frente às lutas entre as classes antagônicas e ao desenvolvimento desigual das diversas estruturas de uma formação social, o Estado surge como uma organização especializada na moderação da luta entre as classes e como elemento de coesão das diversas estruturas em uma unidade complexa, sendo o fator de equilíbrio global do sistema. O Estado é, assim, enquanto estrutura que tem por função a manutenção da unidade de uma formação social, e, portanto, das condições de reprodução da mesma; instrumento de dominação de classe, na medida em que limita as lutas que se desenvolvem em seu interior nas fronteiras do modo de produção e pela reprodução dessas relações sociais. Assim, como observa Saes (s.a., p.19-20), há uma correspondência entre formas políticas e tipos de relações de produção ou, em outras palavras, diferentes tipos de relações de produção requerem formas específicas de Estado.

O poder de Estado nas formações capitalistas é ocupado por diversas frações de classe⁴, que formam o bloco no poder. O bloco no poder, como define Poulantzas, “*compreende a configuração concreta da unidade dessas classes ou frações em estágios, caracterizados por um modo específico de articulação e um ritmo próprio de divisão do conjunto das instâncias*” (POULANTZAS, 1972, p.303). A cada configuração específica dessa unidade de frações de classe

² Já nas formações sociais pré-capitalistas, caracterizadas pela existência de ordens e estamentos que se combinavam em sistemas diversos e complexos de estratificação social, operando fundamentalmente no nível jurídico, o trabalhador direto não havia ainda sido expropriado dos meios de produção e, por isso, a relação de propriedade tinha que manifestar-se como uma relação de domínio direto.

³ Assim, o que determina o modo de produção de uma formação social é a articulação específica que assume essas diversas estruturas em seus níveis, formando uma totalidade complexa que reflete em seu interior a determinação em última instância do econômico; articulação esta que Poulantzas denomina matriz do modo de produção.

⁴ A classe burguesa encontra-se dividida em frações de classe basicamente de acordo com o lugar ocupado por cada uma no processo de produção. Além da inserção no processo de produção, podem determinar a constituição de frações distintas de classe a sua inserção internacional e o seu poderio econômico. Será utilizado neste trabalho (exceto nas citações), somente o termo frações de classe, e não classes e frações de classe, como Poulantzas; isto devido a crença do autor de que não há uma outra classe dominante distinta da burguesia dividida em suas várias frações.

corresponde um tipo específico de organização do Estado. Essa configuração, porém, resulta numa unidade contraditória, perpassada por interesses específicos diversos, sob a hegemonia de uma fração dominante. A fração hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos de cada fração componente do bloco no poder, constituindo, como coloca Poulantzas, *“seus interesses econômicos em interesses políticos, que representam o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e no domínio político”* (POULANTZAS, 1972, p.309).

O Estado capitalista possui um certo grau de autonomia em relação às determinações de classe, como forma de garantir o cumprimento de suas atribuições enquanto elemento de coesão política das diversas frações, buscando com isso, atender ao interesse geral do bloco no poder como um todo e organizando seu equilíbrio instável.

Assim, o bloco no poder não é monolítico. Para manter sua coesão a fração de classe hegemônica tem de abrir mão de alguns de seus interesses econômicos imediatos para defender os interesses gerais das frações que compõem o bloco no poder, mantendo, assim, sua plataforma de interesses de longo alcance.

O Estado opera dentro dessa articulação utilizando-se de uma configuração, específica para cada formação social, de seus aparatos repressivos e ideológicos. Como observa Poulantzas, dessa configuração específica depende, entre outras coisas, a forma assumida pelo Estado capitalista: *“Estas formas, assim, dependem a esse respeito, das precisas relações entre as classes e frações dominantes, que são, elas mesmas, efeitos da contradição principal, entre a burguesia e a classe trabalhadora”* (POULANTZAS, 1978, p.98).

Ideologia, estado e política

Como já observava Althusser (1985), a necessidade de reprodução das condições de produção é a condição última da existência de toda e qualquer formação social. O processo de reprodução, segundo ele, realiza-se nas esferas da produção e da circulação; porém, não se pode subestimar o papel desempenhado pela ideologia na reprodução das relações de produção, pois, como ressalta Eagleton (1997, p.48), se por um lado os fatores materiais desempenham um papel muito mais fundamental que os fatores ideológicos para garantir a submissão, por outro, é indiscutível que as classes dominantes têm que inculcar “suficiente significado” nas classes subalternas (não só nas classes subalternas) para a manutenção de sua dominação política.

Marx e Engels argumentam que a base da ideologia está diretamente ligada à atividade e ao intercâmbio material dos homens, sendo uma “emana-

ção direta de seu comportamento material” (MARX; ENGELS, 1986, p.36.), formando um conjunto relativamente coerente de representações, valores e crenças, cuja função é inserir os agentes sociais de determinado modo em suas atividades práticas, de forma a manter a produção e reprodução de uma determinada formação social.

Em uma sociedade de classes, a ideologia tende à manutenção do predomínio da classe dominante, fazendo com que prevaleçam as representações, valores e crenças do bloco no poder, pois, na medida em que, como coloca Marx, dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, dominam também como pensadores, regulando a produção e a distribuição das idéias da época (MARX; ENGELS, 1986, p.72.). Com isso, logram apresentar seus interesses como interesses universais, colocando-se como representantes de toda a sociedade e portadores de seus interesses gerais.

Porém, como observa Eagleton (1997, p.48-49), a consciência popular não é um simples receptor acrítico da ideologia dominante⁵, podendo opor-se a ela de forma significativa, por outro, é indiscutível que a ordem dominante tem que incutir nas classes subalternas suficiente significado para a manutenção de sua dominação política.

O autor observa também que as ideologias não são homogêneas ou estáveis:

As ideologias são, de modo geral, formações diferenciadas, internamente complexas, com conflitos entre seus vários elementos que precisam ser continuamente renegociados e resolvidos. Aquilo que chamamos de ideologia dominante é tipicamente a ideologia de um bloco social dominante, formado de classes e facções cujos interesses nem sempre estão de acordo, e essas concessões e divisões irão se refletir na própria ideologia. (EAGLETON, 1997, p.51)

Poulantzas (1972, p.268) também observa a complexidade das estruturas ideológicas e, partindo da relação concreta das várias classes em constante luta dentro de uma formação social, afirma que o discurso dominante é permeado por elementos provenientes de outros modos de vida que não os do bloco no poder. Na verdade, seria possível encontrar “subconjuntos ideológicos” (como, por exemplo, um subconjunto pequeno-burguês) que, apesar de dominados, possuem autonomia relativa em relação à ideologia dominante.

⁵ Na verdade, como argumenta Bakhtin, existe uma relação dialética entre o emissor e o receptor na linguagem, onde “(...) toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade” (BAKHTIN, 1986, p.113)

A ideologia estaria ainda dividida em várias “regiões”⁶, que ele classifica como ideologias moral, jurídico-políticas, religiosas, econômicas, filosóficas, estéticas, etc., sendo que, geralmente, em uma formação social, uma dessas regiões é predominante dentro da ideologia dominante. Esta região dominante seria a que melhor cumpre, em cada formação social, o papel de ocultação do seu caráter contraditório, indicando a região jurídico-política como geralmente predominante nas formações capitalistas.

Isto ocorre porque no capitalismo a forma específica de apropriação do sobretrabalho se dá pela compra e venda da força de trabalho, tornada possível pela expropriação dos meios de produção do produtor direto e a conseqüente transformação desta força de trabalho em mercadoria. Esta forma específica de extorsão do sobretrabalho faz com que estas relações de produção apareçam, na esfera da circulação, como uma troca de equivalentes (embora seja, na esfera da produção, onde se extrai a mais-valia, uma troca fundamentalmente desigual). É esta ilusão da troca de equivalentes que, observa Saes⁷, permite a reprodução das relações de produção capitalistas.

Mas a reprodução das relações de produção capitalistas requer a constante renovação dessa ilusão, que é determinada diretamente pela esfera do direito. Assim, o Estado cria as condições ideológicas para a reprodução das relações de produção capitalistas, desempenhando, ainda segundo Saes, uma dupla função: por um lado, individualizando os agentes da produção, transformando-os em indivíduos portadores de direitos e vontade; por outro, neutralizando a tendência à ação coletiva do produtor direto isolando-o no processo de trabalho e tornando o trabalho de cada operário relativamente independente do trabalho de outro e organizando um coletivo social oposto à classe social: o Povo-Nação, que nega os interesses contraditórios entre classes e institui o interesse geral de todos os indivíduos que habitam um determinado espaço geográfico dominado por uma estrutura jurídico-política específica.

O direito – conjunto de regras que disciplinam a relação entre os agentes da produção, permitindo sua previsibilidade e possibilidade de repetição – não é exclusivo das formações sociais capitalistas, tendo existido (de forma escrita ou não) nos mais diversos tipos de formação social; porém, cada tipo

⁶ Bakhtin também aponta para a existência de profundas diferenças na esfera ideológica, que é, ao mesmo tempo, o da representação, do símbolo religioso, da fórmula científica e da forma jurídica, etc. Para ele, cada campo da criação ideológica tem seu modo próprio de orientação para a realidade e refrata a realidade de maneira específica, dispondo de sua própria função no conjunto da vida social. (BAKHTIN, 1986, p.33)

⁷ SAES, D. “O conceito de Estado burguês”, in SAES, D., *Estado e democracia – Ensaios teóricos*. Campinas: IFCH/UNICAMP, s.a.

de relações de produção necessita de um determinado tipo de direito para criar as condições ideológicas necessárias à sua reprodução.

A especificidade do direito burguês é que ele, ao contrário das formas pré-capitalistas de direito, apregoa o tratamento igual aos desiguais, como observa Saes, igualizando todos os agentes da produção e convertendo-os em indivíduos portadores de direitos e vontades subjetivas; apresentando o processo de extração do sobretabalho como uma troca de equivalentes entre indivíduos que se encontram no mercado, através da compra e venda da força de trabalho.

Discurso e atividade política

O discurso, segundo Orlandi (1999, p.15) é “prática de linguagem”, sendo a linguagem a mediação necessária entre homem e realidade natural e social. O discurso seria assim, segundo ela, a materialidade da ideologia, o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos (ORLANDI, 1999, p.17).

Para Bakhtin, a palavra é o fenômeno ideológico por excelência, na medida em que esta é totalmente absorvida por sua função de signo. A palavra, para ele, não comporta nada que não esteja ligado à sua função de signo, e tudo que é ideológico é um signo. Porém, os signos só se constituem enquanto tal no processo de interação social. Mesmo a consciência individual adquire forma e existência através dos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais:

os signos só podem aparecer em um terreno interindividual. Ainda assim, trata-se de um terreno que não pode ser chamado de 'natural' no sentido usual da palavra: não basta colocar face a face dois homo sapiens quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se. A consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social. (BAKHTIN, 1986, p.35)

Segundo ele, toda criação ideológica passa pela palavra, pois os processos de compreensão dos fenômenos ideológicos não podem operar sem a participação do discurso interior⁸, portanto, todas as manifestações ideológicas – até

⁸ Bakhtin afirma que embora a realidade da palavra enquanto signo tenha natureza social, na medida em que resulta do consenso entre indivíduos, ela é, ao mesmo tempo, produzida pelos próprios meios do organismo individual, sem nenhum recurso material extracorporal. Por isso a palavra é o material semiótico da vida interior, pois, segundo ele, a consciência não poderia se desenvolver se não dispusesse de um material flexível, veiculável pelo corpo (BAKHTIN, 1986, p.37).

mesmo os signos não-verbais – não podem ser totalmente isoladas do discurso.

Também não é possível compreender qualquer relação entre a infraestrutura e qualquer fenômeno isolado, destacado de seu contexto ideológico complexo e único. A palavra surge, assim, como indicador mais sensível da transformação social:

as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais. (BAKHTIN, 1986, p.41)

Assim, o estudo do discurso político, enquanto produto ideológico por natureza e, por conseguinte, de caráter social e fundado em bases materiais torna-se um importante instrumento de análise da cena política atual, especialmente na sociedade moderna, onde os meios de comunicação de massa vêm assumindo papel cada vez mais importante no cálculo político, especialmente nas formações sociais capitalistas modernas, onde a ação política é cada vez mais dirigida à ação política institucional, dentro de um sistema representativo concebido à imagem e semelhança do mercado capitalista (o “mercado do voto”).

Porém, o discurso pode ser decodificado pelo receptor de diferentes maneiras, pois, como coloca Bakhtin (1986), a linguagem é essencialmente dialógica, ou seja, o receptor não é somente um alvo passivo do processo de comunicação. A mensagem sofre um processo de recepção ativa que implica numa apreciação e, portanto, numa reinterpretação que, por vezes, pode ter resultados negativos.

Isto não inviabiliza, contudo, a sua utilização como instrumento de estudo da política, visto que reflete as idéias do bloco no poder e suas estratégias de comunicação e legitimação de seu projeto político. Além disso, como ressalta Osakabe (1999, p.67), para a emissão do discurso é necessário que o emissor leve em conta um determinado número de significações consideradas aceitas e assimiladas pelo ouvinte, pois o seu desconhecimento por parte do emissor pode levar à rejeição do discurso, ou seja, na constituição do discurso são considerados elementos que garantam um certo nível de aceitação por parte do receptor.

Não se deve desconsiderar também a importância da posição de emissor

do discurso, pois o emissor é a entidade dominante da atividade discursiva, na medida em que é ele que administra as coordenadas do discurso, ainda segundo Osakabe⁹. E, diretamente relacionado a isto, deve-se também levar em consideração a posição simbólica do emissor enquanto representante do poder de Estado neste caso específico, que, associada à construção de uma imagem de intelectual competente, sofisticado e cosmopolita, no caso específico de Fernando Henrique Cardoso, e de competência técnico-científica, no caso do resto de sua equipe (em especial a equipe econômica) confere ao emissor um elevado grau de legitimidade¹⁰ enquanto portador de um conhecimento específico, um especialista que pode explicar com propriedade superior ao cidadão comum os acontecimentos políticos.

Neoliberalismo e bloco no poder no Brasil atual

O projeto político neoliberal pode ser sintetizado nos pressupostos do chamado “Consenso de Washington”. Esta conhecida denominação, atribuída ao economista John Williamson, é o resultado do encontro realizado em Washington em novembro de 1989, no Institute for International Economics sob o título “Latin American Adjustment: How Much Has Happened?”, onde acadêmicos e funcionários do governo norte-americano e de organismos financeiros internacionais (FMI, Banco Mundial e BID) avaliaram as reformas econômicas empreendidas na América Latina, baseadas nas recomendações de caráter neoliberal do governo norte-americano exigidas por estas Instituições como condição para conceder novos empréstimos; reunindo elementos até então esparsos em um único corpo teórico, que se tornou o novo paradigma da política econômica neoliberal.

O “Consenso” pode ser resumido em um conjunto de dez recomendações de caráter liberalizante da economia: 1) Disciplina fiscal, 2) Reorientação das prioridades de gastos públicos para áreas denominadas pelo autor como “politicamente sensíveis” (educação, saúde, infra-estrutura), 3) Reforma fiscal, 4) Liberalização de financiamento visando à determinação das taxas de juros pelo mercado, 5) Unificação das taxas de câmbio em nível competitivo, 6) Liberalização comercial, 7) Liberalização do investimento externo direto, 8) Privatização, 9) Desregulamentação de mercado e 10) Proteção de direitos de propriedade (WILLIAMSON, 1990).

⁹ Esta dominação na estrutura do discurso não coincide necessariamente com uma dominação efetiva social ou psicológica.

¹⁰ Resultado também da própria ideologia burguesa, que valoriza o individualismo e o meritocratism, desconsiderando o caráter social da produção (inclusive da produção de conhecimento).

Esta simples enumeração revela sua natureza essencialmente ligada aos preceitos da ideologia neoliberal, principalmente no tocante à liberalização comercial e à estabilização econômica (incluindo a reforma do Estado).

Estas políticas, apresentadas com uma roupagem de neutralidade científica desinteressada ou mesmo expressões puras de bom senso econômico que visariam preparar o mercado para ingressar em uma nova fase de desenvolvimento do capitalismo que, inexoravelmente abarcaria a economia planetária de forma mais ou menos traumática, de acordo com a observância de suas exigências, não passam, como observa Przeworski, de *uma mistura de dados empíricos, argumentos a partir de princípios primeiros, interesse próprio e wishful thinking* (PRZEWORSKI, 1993, p.209-225).

Porém, se analisado mais atentamente, o discurso neoliberal demonstra que não é de forma alguma neutro.

Em primeiro lugar, ao apregoar a chamada globalização como um processo inexorável, ditado pela evolução do capitalismo, adota um evolucionismo grosseiro, partindo de uma visão linear e ascendente da história que não leva em consideração as crises cíclicas que caracterizam o modo de produção capitalista e as várias formas em que pode se converter o desenvolvimento do processo histórico.

Além disso, obscurece o fato de, mesmo que a globalização fosse realmente um processo inevitável, que a forma, o tipo e a extensão da integração são variáveis políticas, e, portanto, dependentes do estágio de desenvolvimento da luta de classes em cada formação social em particular.

Depois, a integração pelo livre mercado pressuporia uma igualdade de condições de competição entre as nações, competitividade esta que seria obtida através das políticas acima expostas, desconsiderando o grande diferencial de poder político, econômico e militar dos diversos países; um diferencial tão gritante que a simples reforma nos moldes da economia de mercado não pode igualar e que os países capitalistas centrais não têm interesse em permitir que ocorra, mesmo que fosse possível.

Há também o argumento de que o poder do Estado-nação perde importância para o grande capital transnacional, que circula automaticamente por todo o mundo, de forma cada vez mais livre; não levando em consideração o fato de que as empresas de capital transnacional têm sempre uma matriz em um determinado país, e que a inversão de investimentos é feita preferencialmente, como demonstra Chesnais (1997), nos países de capitalismo desenvolvido¹¹, esquecendo-se, assim, do papel do Estado como estrutura de classe e representante, portanto, dos interesses do capital.

¹¹ Chesnais afirma que no decorrer da década de 1980 aproximadamente 80% dos investimentos diretos no exterior ocorreram entre os países de capitalismo avançado (CHESNAIS, 1997, p.30)

Além disso, observa ainda Chesnais, recuperando a teoria do imperialismo, as origens do que ele denomina de regime de acumulação mundializado predominantemente financeiro dizem respeito tanto à política quanto à economia, sendo a atual deificação do “todo-sagrado mercado” resultado das inúmeras intervenções políticas dos Estados capitalistas mais poderosos. Assim, é por meio da articulação entre o político e o econômico que as condições para a emergência dos atuais mecanismos do regime de acumulação mundializado predominantemente financeiro foram criadas, tendo como marco a virada dos anos 1970-80, quando as forças políticas mais anti-sociais dos países da OCDE iniciaram o processo de liberalização, desregulamentação e privatização (CHESNAIS, 1997, p.23-24).

Pressupõe também a existência de um mercado abstrato, cuja “mão invisível” guiaria as decisões no sentido de uma maximização da satisfação, ocultando o fato de que na atual fase do capital transnacional, os imperativos do livre mercado sofrem a influência decisiva dos grandes grupos monopolistas e de governos ligados a eles.

A respeito do discurso do livre mercado em concorrência perfeita, coloca Boito Jr. (1998.): *A concorrência perfeita nunca existiu, em decorrência dos obstáculos políticos e econômicos à livre circulação do capital e das mercadorias e, em consequência, tampouco existiu a soberania do consumidor, limitado, ademais, pelo seu poder de compra e pela falta de informação*

Assim, como observa Petras (1997, p.37):

O neoliberalismo deve ser entendido como uma ideologia para justificar e promover a reconcentração de riquezas, a reorientação do Estado em favor dos super-ricos e o principal mecanismo para transferir riquezas para o capital estrangeiro. Todo ‘desenvolvimento’ é incidental e contingencial na satisfação dos critérios acima mencionados. Dessa forma, a privatização, a desregulamentação, o livre comércio, etc, não são elementos de uma estratégia de desenvolvimento (...) e sim estratégias de classe e justificativas para o enriquecimento da classe dominante, e deveriam ser consideradas como tal

Os interesses do bloco no poder no Brasil atual e, conseqüentemente, a ação do Estado brasileiro, estão ligados, especialmente a partir da eleição de Fernando Collor de Mello (1989), à implantação de políticas de caráter neoliberal, tendo sofrido uma grande aceleração e obtido grande êxito após da eleição de Fernando Henrique Cardoso como Presidente da República, em 1994.

Como observa Boito Jr (1998), o grande capital internacional e todas as frações da burguesia brasileira têm ganho com a implementação das políticas neoliberais no Brasil. Mas, como já observava Poulantzas (1972), os interesses das variadas frações que compõem o bloco no poder têm interesses específicos e às vezes contraditórios; o que torna esses ganhos desiguais.

Com o aprofundamento das políticas neoliberais pode haver até mesmo frações que passem a perder mais do que suas compensações em sua inserção nessas políticas, porém, até o momento não há uma fração da burguesia que tenha demonstrado uma oposição mais determinada à implantação dessas políticas, o que demonstra a manutenção de uma relativa coesão no bloco no poder no Brasil atual. ...

Segundo a metáfora dos círculos concêntricos (BOITO JR,1998), os pilares da política neoliberal organizam-se em três círculos concêntricos: O primeiro, mais externo, representa a política de desregulamentação do mercado e da supressão dos direitos sociais, que abarca os interesses gerais da burguesia no Brasil; o segundo, intermediário, representa a política de privatização; e o mais interno representa os interesses específicos do grande capital internacionalizado, contemplando a abertura comercial e a desregulamentação financeira.

A desregulamentação do mercado e seus efeitos em relação à precarização das condições do trabalho beneficia toda a classe burguesa, servindo como ponto de sustentação da aliança política entre as frações do bloco no poder.

A política de privatização favorece o grande capital internacional e a fração do capital monopolista da burguesia brasileira. Como coloca Boito Jr.(1998), *“a política neoliberal de privatização das empresas públicas tem ampliado o patrimônio das grandes empresas do setor bancário, do setor industrial e da construção civil. Esses grupos arremataram, a preço vil, e pago em grande parte com as chamadas ‘moedas podres’ e empréstimos favorecidos pelo BNDES (...)”*.

Já o terceiro círculo, beneficia interesses específicos do grupo hegemônico do bloco no poder, o grande capital monopolista financeiro e o grande capital internacional, que tem seus interesses específicos ligados à liberalização dos fluxos de capital e a política de estabilização financeira calçadas nas altas taxas de juros.

É claro que os interesses de certas frações do bloco no poder foram atingidos pela política financeira do governo FHC, como por exemplo, na abertura de mercado, que prejudicou a burguesia industrial nacional, com a invasão do mercado pelos produtos importados, porém, esses setores são compensados pelas políticas de desregulamentação do mercado, que se apresenta como interesse geral de toda a classe burguesa.

Pode-se captar, dessa forma, o caráter de classe do governo FHC e sua ligação preferencial com o grande capital internacional; e o alcance de suas políticas no sentido de manter a unidade do bloco no poder. Como observa Poulantzas, porém, o equilíbrio das frações que compõem o bloco no poder é instável, sujeito, portanto a rupturas e contradições. Assim, o futuro da articulação daquela configuração do bloco no poder (que, de modo

geral permanece a mesma nos dias atuais) depende em grande monta do desenvolvimento e aprofundamento da política de inserção no processo de globalização, que não pode ser entendido senão como um projeto político sujeito a modificações e rupturas.

O discurso, modelo econômico e os interesses do bloco no poder

A economia sempre desempenhou papel fundamental na legitimação do Governo Fernando Henrique Cardoso, como fica evidente na própria aura que se constitui em torno do Plano Real. É possível mesmo dizer que a questão econômica foi o eixo fundamental do discurso político governamental, por um lado - positivo - na exaltação da estabilidade econômica e seus frutos, e, por outro - negativo - na gestão das diversas crises que surgiram durante o período, na ênfase na necessidade de manutenção da estabilidade e nos sacrifícios que seriam exigidos para sua manutenção.

Tendo em vista essa centralidade da questão econômica no discurso do Governo Fernando Henrique Cardoso de uma forma geral, a abordagem do discurso especificamente relacionado ao modelo econômico implantado torna-se fundamental para a sua compreensão. Uma breve análise dessa ideologia do discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso revela claramente um forte alinhamento com a ideologia neoliberal, no que se refere à condução da política econômica.

Tomando por base o chamado “Consenso de Washington” - basicamente uma defesa visceral da abertura econômica internacional e das reformas liberalizantes do Estado e da desregulamentação econômica interna - fica claramente estabelecido um forte alinhamento do discurso econômico do Governo Fernando Henrique Cardoso com a ideologia neoliberal; alinhamento este que se reflete essencialmente na defesa de uma inserção profunda do Brasil no processo de globalização e, diretamente relacionado a isto, na defesa das “reformas”, que teriam por objetivo modernizar o “Estado”¹² brasileiro.

¹² É sempre importante frisar a distinção entre os conceitos de Estado e Governo. Como observa Miliband (MILIBAND, s.a., p.67), apesar do Governo falar em nome do Estado, e, por isso, ser freqüente seu tratamento como sinônimos, essa confusão pode acarretar uma grande confusão, com amplas conseqüências políticas (*se se acredita que o governo é realmente o Estado, pode-se acreditar também que a obtenção do poder governamental equivale à aquisição do poder estatal*). Com efeito, o aparelho estatal é muito mais abrangente que o governo, incluindo, além do que Althusser (1985) denominou Aparelho Repressivo de Estado, mais comumente identificado com o governo, os Aparelhos Ideológicos de Estado, um conjunto de instituições da sociedade civil (o conceito de A.I.E. é reconhecidamente de influência gramsciana) distintas e especializadas (AIE religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, de informação, cultural) que se manifestam junto ao aparelho (repressivo) de Estado, mas não se confundem com ele. De todo modo, será utilizada aqui a denominação “Estado” para tratar do aparelho burocrático-estatal, pois é esta acepção que vai mais comumente aparecer nos discursos de Fernando Henrique Cardoso.

Discurso e globalização

A defesa e a naturalização da inserção do Brasil no processo de globalização deram a tônica dos discursos do alto escalão do Governo Fernando Henrique Cardoso desde seu princípio até seu final.

O tratamento do tema foi essencialmente enquanto fenômeno de natureza econômica, apesar de eventualmente Fernando Henrique Cardoso discutir o tema considerando aspectos sócio-culturais. Cruz observa que estes aspectos sócio-culturais aparecem em sua fala como componentes de um “domínio exógeno” influenciado pelos desdobramentos econômicos da globalização, mantendo, assim, a economia como a variável determinante do processo (CRUZ, 1998).

Dessa forma, a globalização foi apresentada como uma variável de ordem econômica, onde a integração do país é inexorável e sujeita tanto a aspectos negativos quanto positivos, embora a ênfase sempre tenha se concentrado nos aspectos positivos da integração ao mercado globalizado:

Sempre afirmei que a globalização é simplesmente um fato de nosso tempo. Da mesma forma que é inútil e improdutivo opor-se a ela por razões ‘ideológicas’, seria irresponsável não buscar os mecanismos necessários para fazer dela um fator de promoção daquilo que efetivamente é um valor: o desenvolvimento econômico e social dos povos¹³.

Esta naturalização da globalização se dá na forma em que o Governo FHC a aborda, tratando-a enquanto resultado do processo de desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista e “força já instaurada”. Vide a conotação dada à integração internacional no discurso proferido na solenidade de lançamento oficial do Conselho Empresarial Brasil 500 anos - CEB 500 - CNI - Brasília/DF, 16/12/1998 (grifos meus):

Não há horizonte na volta a essas práticas [protecionistas], e nem creio que aqui foi dita uma só palavra que pudesse indicar essa direção. Pelo contrário, as palavras foram de entendimento de que há desafios e condições que não são definidas por nós, são impostas não a um ou a outros, mas a todos, e que são inescapáveis.

Nos dois exemplos a seguir fica também clara esta conotação de inevitabilidade da integração ao processo de globalização:

¹³ Discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso no almoço oferecido por ocasião das cerimônias da posse presidencial, no Palácio do Itamarati, em 04 de janeiro de 1999.

Numa fase de transformações radicais, marcada pela redefinição das regras de convivência política e econômica entre os países, não podemos, por mero saudosismo, dar as costas aos **rumos da História** (Fernando Henrique Cardoso - Discurso de Posse, 01/01/1995)

e

[a globalização] é **uma força já instaurada** no processo de expansão capitalista no mundo, que produz uma série de desastres por um lado e uma série de modificações positivas por outro (Fernando Henrique Cardoso - Entrevista à Revista Veja, edição de 10/09/1997).

Cruz (1998) aponta para um aspecto ambíguo no discurso de FHC que fica bem evidente nos dois últimos exemplos: primeiro a globalização é tratada como processo histórico, e depois, aparece como um “estado de coisas estabelecido”, porém, nos dois casos, as figuras utilizadas reforçam a idéia da inevitabilidade da inserção brasileira no processo.

Paralelamente justifica a inserção no processo de globalização através da oposição moderno X arcaico, onde a globalização é identificada com uma modernidade que se constitui no caminho obrigatório a ser trilhado pelo país, como neste outro trecho do discurso proferido na solenidade de lançamento oficial do Conselho Empresarial Brasil 500 anos - CEB 500 - CNI - Brasília/DF, 16/12/1998 (grifos meus): *Não que se busque o **retorno ao passado** do protecionismo e de subsídios, que a sociedade brasileira não tolera mais*¹⁴.

Esta estratégia desconsidera as variáveis políticas deste projeto de integração e reveste seu discurso de um fatalismo economicista que retira a conotação de política como expressão da luta entre interesses contraditórios dentro da sociedade - que comporta a possibilidade de projetos alternativos - e localiza seu agente-motor numa esfera externa à formação social. Assim, a política econômica internacionalizante não tem suas raízes na hegemonia de uma classe no interior da sociedade brasileira, mas passa a ser uma necessidade inescapável determinada “de fora”, pelos imperativos da globalização.

Com isso, a luta de classes no interior da Formação Social perde o poder de determinação da política implementada pelo Estado. Esta passa a ser o reflexo das determinações exógenas à sociedade nacional, determinadas por um mercado globalizado e impessoal.

Esta desconsideração do aspecto político da integração leva também a autonomização da ação da esfera do mercado em relação ao Estado, por um

¹⁴ Note, adicionalmente, no exemplo acima a onipresente referência aos interesses da “sociedade brasileira”, encarnados na política econômica governamental e por ela representados. Surge então, associada a esta oposição moderno X arcaico a oposição interesse geral X interesse particularista.

lado, e, por outro, à vinculação da ação do Estado aos reflexos deste mercado autônomo. Assim, o elemento dinâmico do processo é localizado no mercado, enquanto o Estado perde a capacidade de uma ação autônoma, passando a funcionar em função dos requisitos do mercado:

Com a responsabilidade que tenho, de ter sido reeleito por esse povo, nunca, em nenhum dia, deixei de me empenhar por tudo isso que está dito aqui, pelas reformas, pela criação de melhores condições, para que a taxa de juros não fosse apenas uma palavra fácil de dizer. Ainda ontem, recebendo empresários, eu disse: se dependesse de mim, como ainda tenho um ou outro amigo banqueiro: 1%. Para remunerar. Mas não depende. É uma ilusão imaginar que, na condição desse mundo globalizado, a decisão sobre juros é formada pela equipe de governo. Ela é formada pelos mercados. E não é pelo mercado interno apenas. É pelo mercado internacional que presta atenção a qualquer gesto, até mesmo quando, de repente, até por falta de coordenação, eu assumo responsabilidade, numa decisão congressional. Tem-se uma decisão que dá a impressão de que, de repente, não haverá mais ajuste. E isso diminui a capacidade que se tem de baixar a taxa de juros¹⁵.

Este argumento da perda de poder do Estado frente ao mercado (apresentado sempre como globalizado e impessoal¹⁶) e, conseqüentemente, frente ao grande capital transnacional - naturaliza a integração subordinada e a situação de dependência brasileira em relação aos organismos econômicos internacionais e ao capital especulativo internacional, além de obscurecer a forte ligação que existe entre os interesses dos Estados Nacionais e das empresas de capital transnacional.

Assim, de acordo com este discurso, o Brasil deve fatalmente integrar-se à nova ordem econômica e ao mercado mundial, sem que possam ser apresentados caminhos alternativos que orientem esta integração. Vide o trecho a seguir:

“Esse apoio à indústria nacional, aos produtores no Brasil não será um apoio sem que haja a manutenção de uma economia aberta e competitiva, pelas razões que já foram aqui expostas, porque nós não temos mais a escolha de outro caminho. O nosso caminho é o da abertura e o da competição”¹⁷

Bom indício do compromisso do Governo Fernando Henrique Cardoso na sustentação desta orientação foram as constantes declarações da área

¹⁵ discurso proferido na solenidade de lançamento oficial do Conselho Empresarial Brasil 500 anos - CEB 500 - CNI - Brasília/DF, 16/12/1998.

¹⁶ Desconsiderando as variáveis políticas desta primazia do mercado, que como observa Chesnais, não teria sido possível sem as intervenções políticas dos Estados capitalistas mais poderosos (CHESNAIS 1997, p.23/24)

¹⁷ Fernando Henrique Cardoso - Discurso proferido na solenidade de lançamento oficial do Conselho Empresarial Brasil 500 anos - CEB 500 - CNI - Brasília/DF, 16/12/1998. Grifos meus

econômica do Governo visando tranqüilizar o mercado durante as diversas crises conjunturais do período Pós-Real, o que, por si só, já sinalizaria a disposição de manutenção da sua política econômica (foi sintomática, por sinal, a comemoração do dia da Independência brasileira por Pedro Malan em Wall Street em 2001):

A alteração na taxa de câmbio afasta a desconfiança em relação à economia e cria as condições para, num segundo momento, baixar as taxas de juros. Mas isto só será possível se completarmos, rapidamente, o ajuste fiscal. Mais do que nunca, o combate ao déficit é fundamental. Só o cumprimento das metas fiscais permitirá ampliar a confiança na economia e superar a instabilidade em que temos vivido.

Conto com o Congresso Nacional para isto.

*Cumpriremos, rigorosamente, nossos compromissos internacionais e o programa apresentado às instituições financeiras, porque o apoio internacional é, também, essencial para a consolidação da confiança*¹⁸.

Esta ênfase na “credibilidade externa” brasileira, que ficou bem evidente na ida do Brasil ao FMI durante as crises externas do final dos anos 90: O Governo Fernando Henrique Cardoso classificou exaustiva e orgulhosamente os empréstimos do FMI para contornar a crise como sinal da credibilidade externa do Brasil¹⁹, fazendo com que algo que nos anos 80 era considerado sintoma de fracasso da política econômica brasileira e até mesmo uma perda de soberania - recorrer ao FMI - se transformasse, na era Fernando Henrique Cardoso, em motivo de orgulho e sinal de sucesso da política econômica.

E esta preocupação em manter a credibilidade perante organismos internacionais e multilaterais que patrocinam a implantação das reformas econômicas de caráter neoliberal pelo mundo afora é, por si só, reveladora, do compromisso do Governo FHC com a implantação de tais reformas e da dependência do Governo FHC em relação a estes órgãos, dependência esta que surge como resultado do próprio projeto político que assume o compromisso de implantação das reformas.

Discurso e reformas.

No tocante à estabilização da economia, o discurso governamental seguiu a mesma linha da inevitabilidade da estabilização neoliberal, tendo sempre como peça chave em seu discurso a estabilização da moeda, tratada como

¹⁸Pronunciamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Nação, 15 de janeiro de 1999.

¹⁹ E, adicionalmente, como mais um motivo para manutenção do otimismo e confiança no Brasil por parte da população.

revolução na economia brasileira e resposta às aspirações da população em geral, estabelecendo uma oposição interesse geral X interesse corporativo.

Concentrando-se na defesa das “reformas” para modernização do “Estado” brasileiro como forma de sustentação da estabilidade econômica decorrente do Plano Real e resposta necessária aos movimentos de um mercado globalizado e impessoal, este discurso retoma também a oposição moderno X arcaico. A ênfase da modernização se dá, neste discurso, na reforma do aparelho do “Estado”, na defesa do processo de privatização das empresas estatais – produtos lógicos da ideologia de liberalização do mercado – e na austeridade fiscal, especialmente no período que se segue à crise da Rússia.

Resultado lógico da própria noção da relação entre “Estado” e mercado na qual a ação do “Estado” aparece “à reboque” do mercado, o desmonte do aparelho estatal brasileiro aparece no discurso governamental identificado com a modernidade, que tem nos requisitos do mercado seu fator dinâmico. Assim, a estrutura estatal dotada de alta capacidade de intervenção na economia construída a partir da era Vargas passa a ser identificada como estrutura anacrônica e dispendiosa, constituindo-se num entrave para a integração competitiva ao mercado mundial e ameaça à estabilidade econômica.

Baseando-se numa visão “empresarial” de eficiência do Estado, este discurso dissemina, então, a imagem de um Estado moroso, ineficiente e incapaz de continuar sendo o motor do processo de crescimento econômico do país, (tanto pela sua “inadequação”, quanto pela falta dos recursos financeiros necessários para dar continuidade a este desenvolvimento, Vide o trecho do discurso de Fernando Henrique Cardoso no lançamento do Plano Plurianual 2000-2003, em 23/06/1999 - grifos meus):

Tivéssemos apenas nos conformado com uma decisão, já por si importante, da flexibilização do monopólio, não teríamos possibilitado que o Estado se equipasse para que pudesse enfrentar a nova fase de competição, de abertura da economia, de apelo crescente ao capital privado para o investimento nas áreas onde o Estado, por não ter recursos e também por não ser, talvez, o mais adequado, não vai atuar de forma mais expressiva, não teríamos tido a possibilidade de fazer, como hoje se faz, uma revitalização dessas áreas”; e mais à frente: “Se o Estado, hoje, fosse o motor propulsor do projeto nacional, seria um Estado antiquado.

Este discurso destacou também a questão do equilíbrio orçamentário do Estado como necessidade para manutenção da estabilidade econômica e condição *sine qua non* para retomada do crescimento econômico, especialmente, como já foi citado, no período pós Crise Russa. Aqui, mais uma vez, há a identificação interesse geral/Governo como forma de legitimação e bastante ênfase na questão do funcionalismo público, retomando também a oposição

moderno X arcaico via modernização do funcionalismo público e, conseqüentemente, do “Estado”:

Estamos propondo ao Congresso um corte de 8.7 bilhões para 1999. Ir além disso significaria paralisar atividades essenciais do Estado.

É um corte sem precedentes. Ele deixa clara a determinação do Governo em alcançar o equilíbrio fiscal no mais curto prazo.

Mas isso não é suficiente para equilibrar as contas do País.

Teremos que aumentar um pouco da contribuição dos servidores públicos para a sua Previdência. Eu já expliquei por que. Um pouco do CPMF. Um pouco do COFINS. E outras medidas que vão ser anunciadas amanhã.

(...)

Mas a solução definitiva não está nessas medidas. O que vai equilibrar nossas contas são as reformas.

O caminho mais rápido e de menor custo para a população está em concluir as reformas e com toda a urgência.

- *Não tem sentido o Brasil continuar com um rombo de 42 bilhões na Previdência Social, crescendo a cada ano. Precisamos da Reforma da Previdência.*

- *Não há justificativa para que alguns Estados gastem 80% da sua receita em salário para funcionários públicos, como ainda acontece. Por isso vamos implantar a reforma administrativa.*

- *Não podemos mais continuar com um sistema tributário que desincentiva quem produz. Daí a reforma tributária, que é urgentíssima.*

E por último, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, queremos assegurar que a União, os Estados e os Municípios, vivam dentro dos seus limites²⁰.

Paralelamente, defendeu a abertura de espaço para a atuação do mercado através das privatizações como forma moderna de gestão e necessidade, frente à incapacidade financeira do Estado de continuar investindo em infraestrutura. Em outras palavras, é a defesa do chamado Estado Mínimo apreçoado pela ideologia neoliberal:

Vamos continuar nas privatizações, porque são essenciais, porque o Estado não tem mais capacidade de acumulação para continuar investindo em certas áreas de infraestrutura e não precisa investir em certas áreas de infra-estrutura²¹

Assim, há, no plano discursivo, uma desvinculação entre Governo e “Estado”: enquanto investe contra a estrutura estatal herdada da era Vargas, o Governo FHC aparece como núcleo da implantação da modernidade eco-

²⁰ Pronunciamento do Presidente da República sobre o ajuste econômico (28/10/1998)

²¹ Discurso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na abertura da Conferência Internacional “A Indústria no Início do Século 21” - Ed. Sede da CNI - Brasília/DF, 21 de fevereiro de 1999

nômica, em contraposição ao arcaico, representado por este Estado. Assim, ao contrário do período Vargas, onde “Estado” e Governo eram imediatamente identificados como um só ente indissociável, no Governo Fernando Henrique Cardoso esta imagem é radicalmente alterada. “Estado” e Governo têm suas imagens dissociadas, assumindo o “Estado” uma imagem arcaica enquanto o Governo assume uma imagem moderna: O “Estado” é arcaico, mas o Governo é moderno.

Dessa forma, o discurso econômico do Governo Fernando Henrique Cardoso apresenta um panorama onde o Estado perde espaço para um mercado globalizado, impessoal e preponderante nas relações internacionais. Este mercado dita as condições para a inexorável integração à economia global, onde o Estado tem como papel fundamental adaptar a sociedade às suas exigências.

Para isso, o Estado deve redimensionar e modernizar sua estrutura, abrindo mão de seus instrumentos de intervenção direta na economia, por um lado e, por outro, liberalizar e desregulamentar a economia para possibilitar a atuação eficiente desse mercado.

Acima de tudo, todo este projeto é identificado com o interesse geral da sociedade e condição para manutenção da estabilidade econômica e o Governo é o baluarte da defesa desse interesse geral.

Desta forma, apresentado como um processo inexorável ditado pela evolução do capitalismo e seus desdobramentos o ajuste neoliberal da economia contemplou os interesses do bloco no poder, onde sua identificação com o interesse geral, a modernidade e com o desenvolvimento serviu durante o Governo FHC para justificar o projeto político do bloco no poder, na defesa desses interesses.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, L., **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BAKHTIN, M., **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

BOITO JR., A., “Neoliberalismo e relações de classe no Brasil”, **Idéias ano 9 (1)**. Campinas: IFCH, 2002, p.13-48.

_____, **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. Campinas: Tese de livre docência, 1998

CHESNAIS, F., “A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro”, **Praga – Estudos Marxistas nº 3**. São Paulo: Hucitec, Setembro 1997, p.19-46.

CRUZ, S.C.V., “Alguns argumentos sobre reformas para o mercado”, **Revista Lua Nova**, São Paulo, CEDEC, nº 45, 1998

EAGLETON, T., **Ideologia: uma introdução**. São Paulo, Boitempo/Editora Unesp,

1997

MARX, K., **O Capital: Crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985, vol. 1, t.1, Coleção Os Economistas.

_____, **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1974, Coleção Os Pensadores, Vol. XXXV.

MARX, K., ENGELS, F., **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986

MILIBAND, R., **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, s.a.

ORLANDI, E.P., **Análise de discurso – princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

OSAKABE, H., **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Martins Fontes, 1999

PETRAS, J., “Fundamentos do neoliberalismo”, in OURIQUES, N. D. e RAMPINELLI, W. J. (orgs), **No fio da navalha - crítica das reformas neoliberais de FHC**. São Paulo: Xamã, 1997.

POULANTZAS, N., **Classes in contemporary capitalism**. Norfolk, Verso Edition, 1978.

_____, **Poder político y clases sociales en el estado capitalista**. México DF, Siglo Veintiuno Editores, 1972.

PRZEWORSKI, A. (1993) “A falácia neoliberal”, **Revista Lua Nova** nº 28/29. São Paulo: Cedec, p.209-225.

SAES, D. “O conceito de Estado burguês”, in SAES, D., **Estado e democracia – Ensaios teóricos**. Campinas: IFCH/UNICAMP, s.a.

WILLIAMSON, J., “What Washington means by policy reform”. In WILLIAMSON, J., **Latin american adjustment: how much has happend?**. Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1990.